



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**Análise dos Aspectos Legais das Áreas de Reserva Legal no Assentamento Rural Ilha
Grande, no município de Campos dos Goytacazes-RJ**

Raquel Oliveira Ferreira
Orientador: Carlos Domingos da Silva

Curitiba
2007

RAQUEL OLIVEIRA FERREIRA

**Análise dos aspectos legais das Áreas de Reserva Legal no Assentamento Rural
Ilha Grande, no município de Campos dos Goytacazes - RJ**

“Monografia apresentada ao Curso de Especialização em *Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa*, como requisito parcial para a obtenção do Título de Especialista, sob a coordenação da Universidade Federal do Paraná.”

Sob a orientação do Professor
Carlos Domingos da Silva

**Curitiba
2007**

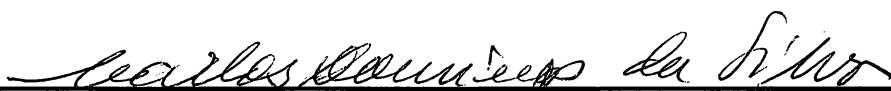
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAQUEL OLIVEIRA FERREIRA

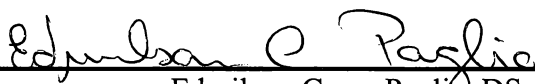
Monografia submetida ao Departamento de Fitossanidade, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa**.

MONOGRAFIA APROVADA EM 26/01/2007

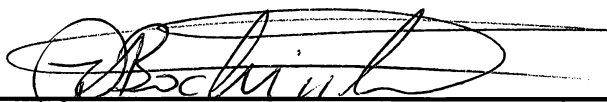
Banca Examinadora



Carlos Domingos da Silva, DSc (Orientador)



Edmilson Cezar Paglia, DSc.



Renato Bochicchio, DSc.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos assentados do Ilha Grande que gentilmente abriram as portas de suas casas para a realização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos envolvidos neste processo, principalmente ao Professor Carlos Domingos que encarou essa empreitada de orientação e ao Professor Canrobert por acreditar neste curso assumindo corajosamente a coordenação.

Devo um agradecimento especialíssimo a esta 1º turma que compartilhou suas experiências e suas mais verdadeiras expressões de luta sobre a reforma agrária e sobre o crescimento do grupo.

Agradeço também ao mais que amigo Luciano Toledo, muito importante neste processo desde o início, pois me incentivou e acreditou na importância de um trabalho desta natureza.

Não posso deixar de agradecer ao amigo Bruno Grandi Salgado que me ajudou atenciosamente na finalização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as áreas de Reserva Legal do Assentamento Rural Ilha Grande, relacionando a sua realidade de campo à legislação ambiental vigente. A área de estudo está inserida em um local onde historicamente a base da economia foi formada pelo monocultivo de cana de açúcar e pela pecuária. O assentamento possui 794,02 ha, 58 famílias, lotes com média de 11,03 ha. Este trabalho foi realizado através da análise da legislação ambiental envolvendo as áreas de Reserva Legal, servindo-se das funções ecológicas e sócio-econômicas como indicadores da realidade local. Observou-se que a Reserva Legal não está cumprindo sua função ecológica de acordo com este indicador. A Reserva Legal está em regime de condomínio, que caracteriza-se por ser a união das reservas de cada lote em um ou mais blocos de vegetação contínua, e representa aproximadamente 6% da área total do assentamento, área abaixo do exigido por lei. Atualmente a maior parte da Reserva Legal encontra-se locada em áreas consideradas como de Preservação Permanente e não possuem a representatividade do ecossistema local. O indicador sócio-econômico revela que a questão cultural definiu o padrão de utilização do solo e a pluriatividade surge como opção econômica para os assentados. Neste contexto a Reserva Legal não vem cumprindo sua função sócio-econômica, já que estas áreas não possuem recursos naturais que incrementem economicamente esta comunidade. Uma alternativa viável seria a compensação da Reserva Legal em outra propriedade de forma a tornar possível a sua otimização, cumprindo não só com a sua função ecológica como sua função sócio-econômica.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the areas of Legal Reserve of the Agricultural Nesting “Ilha Grande”, relating its reality of field to the effective environment legislation. The study area is inserted in a place where historically the base of the economy is formed by the plantation of sugar cane and cattle. The nesting possess 794.02 ha, 58 families, lots with average area of 11.03 ha. This work was carried through the analysis of the environment legislation involving the areas of Legal Reserve, serving itself of the ecological and social-economic functions as indicating of the local reality. It was observed that the Legal Reserve it's not fulfilling to the ecological function in accordance with this pointer. The Legal Reserve is in regimen of condominium, and represents 5.59% of the total area of the nesting, area below of the demanded one for law. Currently most of the Legal Reserve meets leased in areas considered as area of permanent preservation and they do not possess the representation of the local ecosystem. The social-economic pointer discloses that the cultural question defined the standard use of the soil and the multi activities appear as economic option for the seated ones. In this context the Legal Reserve does not come fulfilling its function social-economic, since these areas do not possess natural resources that develop this community economically. A viable alternative would be the compensation of the Legal Reserves in another property of form to not only become possible its optimization, fulfilling with its ecological function as its social-economic function.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 1

2 OBJETIVOS..... 2

3 REFERENCIAL TEÓRICO 2

4 MATERIAIS E MÉTODOS 5

4.1 Antecedentes 5

4.2 Caracterização do Local de Estudo..... 5

4.3 Perfil Sócio-Econômico das Famílias Assentadas 7

4.4 Caracterização e Análise das Áreas de Reserva Legal 8

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 9

5.1 Caracterização e Análise da Reserva Legal no Assentamento Ilha Grande 9

5.1.1 Indicador ecológico 9

5.1.2 Indicador sócio-econômico 13

6 CONCLUSÃO 16

7 BIBLIOGRAFIA..... 17

8 ANEXOS 19

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1. Localização geográfica do município de Campos do Goytacazes-RJ.</i>	6
<i>Figura 2. Área da Reserva Legal, bloco I, alagada e canais de drenagem.</i>	10
<i>Figura 3. Área da Reserva Legal alagada e invadindo um dos lotes do assentamento.</i>	11
<i>Figura 4. Área de Reserva Legal, bloco II. Vestígios de extração de barro.</i>	11
<i>Figura 5. Área de Reserva Legal, bloco II. Presença de pastejo.</i>	12
<i>Figura 6. Atividade predominante no assentamento e nos arredores.</i>	14

ÍNDICE DE TABELAS

<i>Tabela 1. Divisão do assentamento em glebas, distribuição das glebas por famílias e lotes.</i>	8
---	---

ÍNDICE DE ANEXOS

<i>Anexo 1. Croqui de distribuição dos lotes familiares do assentamento Ilha Grande, município de Campos dos Goytacazes, RJ.</i>	19
--	----

1 INTRODUÇÃO

A reforma agrária tem suas raízes no pensamento reformista Latino Americano dos anos 50 e 60 e surge como um movimento de transformação da sociedade, baseado em três objetivos estratégicos: a democratização da sociedade, redistribuição de renda e justiça social e a formação de um mercado interno através da industrialização.

No caso brasileiro, as transformações ocorridas no campo durante as décadas de 60 e 70 e o marco político-ideológico que se consolidou a partir do esvaziamento dos projetos de base nacional e popular, conduziram a um progressivo reducionismo na concepção da reforma agrária. Isso levou à sua redefinição - tanto no nível interno (pelos gestores do novo pacto de poder), como no internacional (pelos organismos multilaterais que assumem progressiva hegemonia neste âmbito) - como um instrumento de "política de terras".

Neste ínterim começa a tomar vulto as questões ambientais relacionadas à utilização racional dos recursos naturais, o que leva a busca por um ordenamento na ocupação das áreas indicadas a reforma agrária, respeitando a legislação ambiental já existente.

Desde a constituição de 1934 o país incorporou ao conceito de bem de uso comum os recursos florestais e demais formas de vegetação nativa. A partir deste momento cresce o alerta para a importância ambiental, social e econômica dos remanescentes de vegetação nativa em toda e qualquer propriedade rural. Neste mesmo ano foi editado o primeiro código florestal, que contemplava as definições de áreas protegidas, posteriormente vindo a ser tratada como Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, com objetivos preservacionistas, conservacionistas e de produção sustentável.

A legislação avança muito a partir desta época, colocando o Brasil entre os países possuidores de uma das legislações ambientais mais bem elaboradas do mundo, entretanto, com sérios problemas em seu cumprimento e aplicabilidade.

Neste contexto, a análise dos conflitos relacionados às áreas de RESERVA LEGAL, associada à análise de informações locais sobre o histórico do ambiente, da sociedade e da economia em que se inserem os assentados da reforma agrária, pode vir a ser uma alternativa de grande relevância na busca de soluções ambientais adaptadas a esta realidade.

2 OBJETIVOS

Assim, o objetivo deste trabalho é o de analisar as Áreas de Reserva Legal do Assentamento Rural Ilha Grande, relacionando a sua realidade de campo à legislação ambiental vigente.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar do ordenamento do solo ser contemplado legalmente em diversos aspectos na Constituição, no Estatuto da Terra e no Código Florestal, Veiga (1998) diz que os próprios levantamentos de territórios, bem como da população rural e urbana, que embasam as políticas de territorialização e desenvolvimento, sofrem “discrepâncias gritantes” em relação à realidade. O autor cita que isso pode ser visualizado nas várias sedes municipais e distritais de pequenos municípios que oferecem pressão antrópica irrelevante sobre ecossistemas em que se inserem e ainda assim são consideradas áreas urbanas.

ABRAMOVAY (1999) cita que uma das principais restrições que costumam ser feitas pelos analistas, na distinção de territórios rurais e urbanos, é o arbítrio do Poder Público municipal, para o qual seriam muito mais importantes as consequências fiscais, do que qualquer aspecto social, econômico, cultural, geográfico ou ambiental.

Por exemplo, sabe-se que 30% das famílias rurais de conta-própria são pluriativas, 16% nem são agrícolas, e 50% são exclusivamente agrícolas, (Del Grossi, 2000). Mas estas são estimativas sobre as famílias que residem fora dos perímetros urbanos. O mais provável é que as populações rurais não agrícolas ou “ornas” sejam muito mais importantes nas zonas rurais de municípios urbanos e “rurbanos”, do que em municípios rurais. Aliás, as evidências sobre a relevância de pluriatividade só foram encontradas em municípios bem vizinhos de importantes mercados regionais.

A primeira alusão sobre áreas protegidas data de 1934, na primeira edição do Código Florestal, onde as florestas foram definidas e diferenciadas, em seu artigo 3º, em quatro categorias, são elas: a) protetoras, b) remanescente, c) modelo e d) de rendimento. A categoria “*protetora*” foi definida no artigo 4º como:

“... as que, por sua localização, servirem, conjunta ou separadamente, para qualquer dos fins seguintes:

- a. *conservar o regime de águas;*
- b. *evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais;*
- c. *fixar dunas;*
- d. *auxiliar na defesa das froneiras, de modo julgado necessário pelas autoridades militares;*
- e. *assegurar condições de salubridade pública;*
- f. *proteger sítios que por sua beleza mereçam ser conservados;*
- g. *asilar espécimes raros da fauna indígena”.*

Em 1964, o Estatuto da Terra (Lei 4.504) que dispunha sobre a regulamentação dos direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, visando a Reforma Agrária, já incorporava não só conceitos, como as limitações no uso das áreas Preservação Permanente e de Reserva Legal.

Em 1965 o Código Florestal foi reeditado sob a Lei 4.771, com poucas alterações na sua essência, no tocante às áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal. Mais tarde esta Lei sofrera inserções através da Medida Provisória nº 2166-67/2001, além de incorporar particularidades de pequenas propriedades e assentamentos rurais.

Apesar do conceito de sustentabilidade estar oficialmente em construção a partir da Conferência de Estocolmo (1972), e ser largamente utilizado hoje em dia nas diretrizes das políticas públicas, em 1934 o Código Florestal já vislumbrava seus preceitos, no tocante à necessidade de proteger os remanescentes de vegetação natural como estratégia de desenvolvimento do país.

Sabe-se que a Constituição Brasileira de 1988, ressalva dois princípios chaves para a alteração do uso do solo, ou seja, para a exploração da vegetação nativa visando um determinado fim, conseqüentemente, para um ordenamento territorial sustentável. Os princípios são:

a) Função social: Diz respeito ao dever da propriedade rural atender simultaneamente, o aproveitamento racional e adequado dos recursos naturais compatíveis com a preservação do meio ambiente, favorecendo o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, observando as disposições que regulam as relações de trabalho;

b) Bem de uso comum: Refere ao bem imóvel de direito de todos, e desta forma impõe-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações.

De acordo com a Medida Provisória nº 2166/67, de 2001, no seu artigo 1º, parágrafo 2º, inciso III, conceitua-se Reserva Legal como sendo:

“a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas”.

O Novo Código Florestal de 1965 tipifica as áreas de preservação permanentes em duas categorias: as definidas só por efeito da Lei n 4771/65, que estão descritas no artigo 2º, e as declaradas por ato do Poder Público, por possuir qualquer uma das funções descritas no artigo 3º.

A MP 2166/67 defini áreas de preservação permanente como sendo a:

“área protegida nos termos dos artigos 2º e 3º da Lei n 4771/65, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

A definição de pequena propriedade, de acordo com o artigo 1º, inciso I da MP 2166/67, é:

“...pequena propriedade rural ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiro e cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em oitenta por cento, de atividade agroflorestal ou do extrativismo, ...”

Para garantir que os processos de reforma agrária sejam realmente sustentáveis, em 2001 foi editada a Resolução CONAMA n 289 que tratou do licenciamento ambiental para os projetos de assentamentos. Recentemente, em dezembro de 2006, esta resolução foi substituída pela n° 387, porém mantém a sua função principal, que é evitar riscos e danos ao ser humano e ao meio ambiente sobre as bases do princípio da precaução, considerando importante a gestão ambiental no uso dos recursos naturais.

A partir da Resolução CONAMA 303 de 2002 foi possível esclarecer os parâmetros que defini e limita as Áreas de Preservação Permanente, favorecendo sua aplicabilidade.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Antecedentes

Os campos dos índios Goytacases, área onde se situa grande parte do município de Campos dos Goytacazes, foram ocupados a princípio por criadores de gado. Posteriormente, a região progrediu com a cultura da cana-de-açúcar, que se expandiu pelos aluviões entre o Rio Paraíba do Sul e a Lagoa Feia.

No século XVIII, a economia local girava exclusivamente em torno de atividades rurais. A grande riqueza do município de Campos, no século XIX, pode ser creditada à expansão da produção açucareira, inicialmente apoiada nos engenhos a vapor, mais tarde substituída por usinas. Várias dessas antigas usinas fecharam ou foram absorvidas pelas maiores, em anos recentes, concentrando-se a produção em menor número de estabelecimentos (TCE, 2002).

Uma das peculiaridades da cultura canavieira na planície campista era a existência, ao lado dos latifúndios, de grande número de pequenas propriedades. Este fato talvez possa explicar a relativa rapidez com que se recuperou a agricultura do município após a Lei Áurea (TCE, 2002).

Campos dos Goytacazes depende, fundamentalmente, da economia açucareira, que se modernizou, incorporando a mecanização causando basicamente dois impactos: a) aumentou a capacidade produtiva e a concentração da produção em grandes unidades; b) reduziu a população mantida permanentemente pela agricultura e também pelas lavouras de subsistência, fazendo crescer o setor informal e a migração (TCE, 2002).

É neste contexto histórico que se insere a antiga fazenda Ilha Grande, onde instalou-se o referido assentamento, no dia 08 de Agosto de 2001, influenciando e definindo não só as atividades econômicas como toda a estrutura social dos assentados.

4.2 Caracterização do Local de Estudo

A área objeto deste estudo tem seu acesso através da Rodovia RJ 216 (Campos/Farol de São Tomé) até a localidade de Baixa Grande, daí pela estrada vicinal (Baixa Grande-Fazenda Ilha Grande).

O Assentamento Ilha Grande situa-se no noroeste fluminense, no município de Campos dos Goytacazes, como mostra a Figura 1, inserindo-se na zona fisiográfica da

Baixada Campista. Sua principal característica é uma topografia formada, principalmente, por baixadas (altitude de 5 a 14 m) e zonas alagadiças.

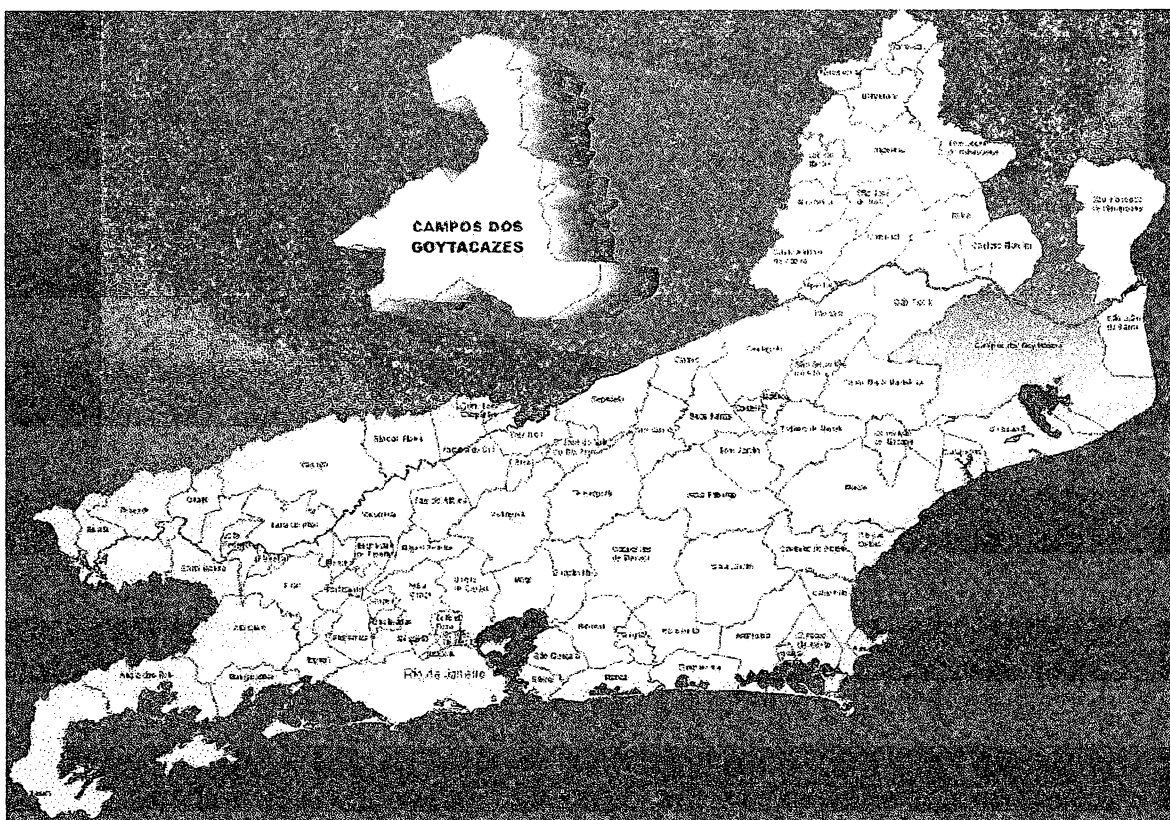


Figura 1. Localização geográfica do município de Campos do Goytacazes-RJ.

O clima é segundo a classificação de Köppen, Aw, quente e úmido, as chuvas são de verão e a região é varrida, principalmente de dezembro a março, pelos ventos do Nordeste e Sudoeste. A temperatura média é de 22,70 C.

A extensão do Assentamento Ilha Grande é de 794,02 ha, com um quantitativo de 58 famílias, com uma área média por família de 11,03 ha. A área de Reserva Legal efetiva é de 44,37 ha dos 158,80 ha devidos por lei, enquanto a Área de Preservação Permanente é de 73,67 ha.

A vegetação nativa é típica de campos, constituída por gramíneas, vegetação herbácea e/ou arbustiva. Entre as gramíneas destacam-se o massambará e o capim-cidade, comuns em áreas de exploração de cana-de-açúcar, onde os canaviais não são renovados há muito tempo. (PDA, 2002)

As principais fontes de água da área são o Canal de São Bento, também conhecido como Rio da Andreza, e o Rio do Colégio que percorrem quase toda a área do assentamento e são abastecidos pelo rio Paraíba do Sul. Outras fontes de água são as de subsolo e pequenas lagoas. (PDA, 2002)

família concentra-se entre 2 e 3, representando 57% da realidade dos assentados. Foi verificado também que em relação à ocupação anterior dos assentados, a maioria ou era trabalhador rural ou antigos funcionários da usina de Baixa Grande. Também foi constatado que a maior parte da comunidade encontra-se na área desde o início da ocupação (PDA, 2002).

Objetivando uma produção sustentável e devido às dimensões do assentamento, os beneficiários dividiram a área em cinco glebas da seguinte forma:

Tabela 1. Divisão do assentamento em glebas, distribuição das glebas por famílias e lotes.

Nº. da gleba	Nº. de famílias	Nº. dos Lotes
I	18	1 a 18
II	14	19 a 32
III	06	33 a 38
IV	15	39 a 53
V	05	54 a 58
Total	58	58

FONTE: PDA, 2002

A principal atividade econômica é a cana de açúcar seguida da pecuária, devido principalmente a questões culturais. Mas também há produção de gêneros alimentícios como milho, quiabo, banana, coco, abóbora, aipim, acerola, hortaliças, feijão, batata doce, entre outros. (PDA, 2002)

4.4 Caracterização e Análise das Áreas de Reserva Legal

Este estudo utilizou para caracterizações e análises, basicamente o Novo Código Florestal de 1965, nos seus artigos 16 e 44, relativos à Reserva Legal. Complementarmente usou-se a Medida Provisória nº. 2166-67 de 2001, no artigo 2º que conceitua Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, além de outros conceitos correlacionados. Foram observadas também a Resolução CONAMA nº. 387, que trata de licenciamento ambiental de assentamentos, e a Resolução CONAMA nº 303 que dispõe sobre limites de Área de Preservação Permanente.

Desta maneira foram localizados os atos legais que definem as áreas de Reserva Legal, bem como sua importância ecológica, social e econômica para um imóvel rural.

Serviu-se também do Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 1964) que limita o uso das áreas de Reserva Legal.

Para a análise dos dados foram utilizados dois indicadores distintos:

- 1) Função ecológica: avaliará as condições de fragmentação dos remanescentes, bem como os efeitos de borda, que influenciarão na manutenção da diversidade da flora e da fauna existente e nos serviços fornecidos por estes fragmentos de vegetação nativa, como a conservação do solo, água, ar.
- 2) Função sócio-econômica: avaliará o potencial das áreas de Reserva Legal a partir da possibilidade de atender às demandas das famílias com o uso múltiplo dos recursos naturais, o que contribuirá com a qualidade de vida dos assentados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Caracterização e Análise da Reserva Legal no Assentamento Ilha Grande

5.1.1 Indicador ecológico

Os artigos 23 e 24 da Constituição Federal remetem ao governo a competência de legislar sobre a floresta e demais forma de vegetação natural e o artigo 255 institui à todos o dever de proteger o meio ambiente. Com isso nota-se que as áreas de preservação permanente e de reserva legal devem ser observadas nas tomadas de decisões tanto pelo Poder Público, quanto pela sociedade, mesmo sabendo que estas áreas muitas vezes entram em conflito com as estratégias de desenvolvimento desejada.

Os artigos 16 e 44, da Lei 4771/65, definem o percentual da área de Reserva Legal, além de instituir o uso e os instrumentos de compensação e recomposição destas áreas, baseado na localização geográfica e tipo de vegetação nativa existente. No caso do Assentamento Ilha Grande o percentual exigido por lei é de 20% da área total da propriedade, ou seja, 158,80 ha do total de 794,02 ha.

De acordo com o PDA a área requerida pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para compor a RESERVA LEGAL do assentamento é de 158,80 ha, ou seja, 20% da área total de acordo com o artigo 16 da Lei 4.771/65. Efetivamente existem

apenas 44,37 ha de RESERVA LEGAL dispostas em dois blocos, ou seja, 5,59% da propriedade, percentual abaixo do mínimo exigido por lei, destinado a reserva legal no perímetro do assentamento.

Verifica-se no assentamento uma interpretação equivocada da lei na demarcação de um dos blocos de Reserva Legal, pois há uma sobreposição de área de Reserva Legal com Área de Preservação Permanente, visto que o bloco I (Anexo) referente à maior parte da reserva, está situado em uma área alagadiça do assentamento denominada “Lagoa do Capim”. De acordo com a Lei 4771 de 1965, artigo 2º, alínea b, são consideradas áreas de preservação permanente os arredores de lagoas e a Resolução CONAMA nº. 303 de 2002, institui a metragem mínima de 50 m de faixa de preservação que deve ser observada em lagoas com até vinte hectares de superfície de espelho d’água.

Esta lagoa, assim como diversas partes da propriedade, têm um histórico de drenagem, porém os assentados não possuem o controle das comportas dos drenos, que também por ser um sistema antigo, não funciona a contento, como pode ser visualizado nas Figuras 2 e 3. O controle deste sistema fica a cargo da Secretaria de Meio Ambiente do município de Campos dos Goytacazes, impossibilitando o efetivo controle das águas pelos assentados, o que acarreta aos lotes limítrofes com estas áreas, inundações e perdas parciais ou totais de produção e até mesmo de suas casas.



Figura 2. Área da Reserva Legal, bloco I, alagada e canais de drenagem.



Figura 3. Área da Reserva Legal alagada e invadindo um dos lotes do assentamento.

O outro bloco de Reserva Legal apresenta-se degradado, com vestígios de exploração de barro para atender as demandas das olarias circunvizinhas, exemplificado na Figura 4, além de não apresentar vegetação nativa representativa do ecossistema local.

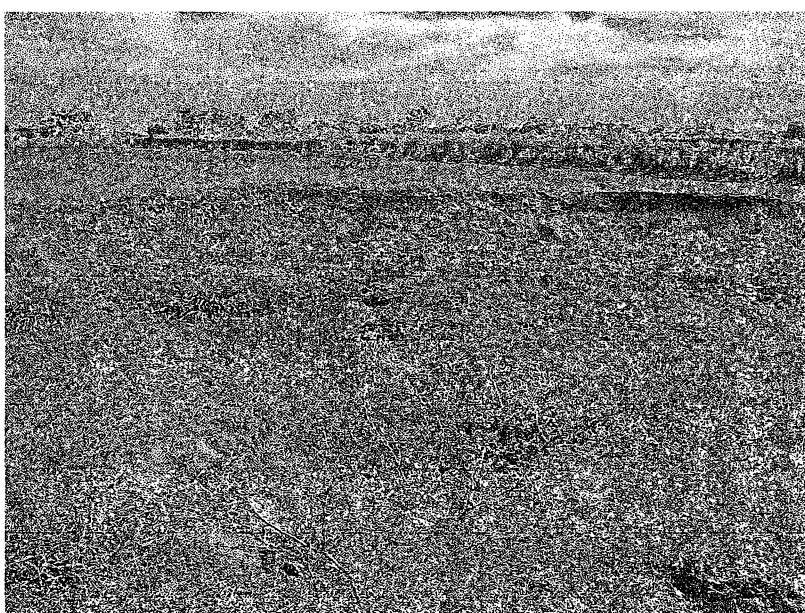


Figura 4. Área de Reserva Legal, bloco II. Vestígios de extração de barro.

Esta área também possui sistema de drenagem, porém não sofre inundações, e é utilizada eventualmente para pastoreio dos animais de alguns assentados, principalmente pelos que tiveram seus lotes inundados, como pode ser observado na Figura 5.



Figura 5. Área de Reserva Legal, bloco II. Presença de pastejo.

Outra informação importante Constitui o parágrafo 6º do artigo 16, da Lei 4771/65. Este parágrafo diz respeito à possibilidade da utilização da vegetação nativa das áreas de preservação permanente no cômputo do percentual de Reserva Legal. Porém para que isso ocorra, são observadas duas condicionantes: a) a não conversão de novas áreas para uso alternativo do solo e; b) a soma da vegetação da Reserva Legal e Área de Preservação Permanente não exceda a 50% da área total do assentamento ou 25% da pequena propriedade rural, ou do lote no caso. Porém, isso não se aplica aos lotes deste assentamento uma vez que todos possuem área média de 11,03 ha, excluídas as áreas protegidas.

Ressalta-se que a definição de pequena propriedade considera a localização geográfica e a dimensão da área e, de acordo com a MP 2.166/67, e na região estudada, a pequena propriedade caracteriza-se por ter dimensões inferiores ou iguais a 30 ha, por lote.

A Reserva Legal do assentamento está sob regime de condomínio, amparada pelo parágrafo 11 do artigo 16 e artigo 17 da lei 4.771/65. Este parágrafo definiu reserva em condomínio como o agrupamento dos percentuais de reserva de cada lote em um ou mais blocos de reserva. Esse argumento legal é interessante para o assentamento como um todo, num ponto de vista social, ecológico e econômico.

Sob o prisma ecológico a Reserva Legal em condomínio confere uma diminuição nos efeitos de borda e de fragmentação dos remanescentes, otimizando a preservação dos recursos naturais, da paisagem, da estabilidade geológica, do fluxo gênico e da biodiversidade.

O caput do artigo 44 da Lei nº 4.771/65 institui três instrumentos de regularização das áreas de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido na lei, são eles:

“I - recompor a reserva legal de sua propriedade mediante o plantio, a cada três anos, de no mínimo 1/10 da área total necessária à sua complementação, com espécies nativas, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental estadual competente;

II - conduzir a regeneração natural da reserva legal; e

III - compensar a reserva legal por outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma microbacia, conforme critérios estabelecidos em regulamento.”

No caso do assentamento a melhor alternativa seria o instrumento da compensação da Reserva Legal numa área que seja possível otimizar a Reserva Legal para que esta realmente cumpra não só com sua função ecológica como com sua função sócio-econômica.

5.1.2 Indicador sócio-econômico

Sabe-se que a questão cultural definiu o padrão de utilização do solo, interferindo nas áreas de Reserva Legal. A categoria de “floresta protetora” descrita no Código Florestal de 1934 já tratava das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal sem distinção e sem prever o uso econômico, nem mesmo em escala familiar.

Foi observado que o assentamento alvo deste trabalho localiza-se no entorno de municípios urbanos e, numa visão de Veiga (1998), ao redor também de sedes “rurbanas”, o que influencia em características como atividade econômica e perfil de uso do solo.

Pela proximidade dos centros urbanos e “rurbanos” a sua economia é basicamente voltada ao atendimento das demandas dos mercados vizinhos e das usinas de açúcar e álcool, evidenciando a pluriatividade como indicadora deste processo de territorialização, observada na Figura 6.

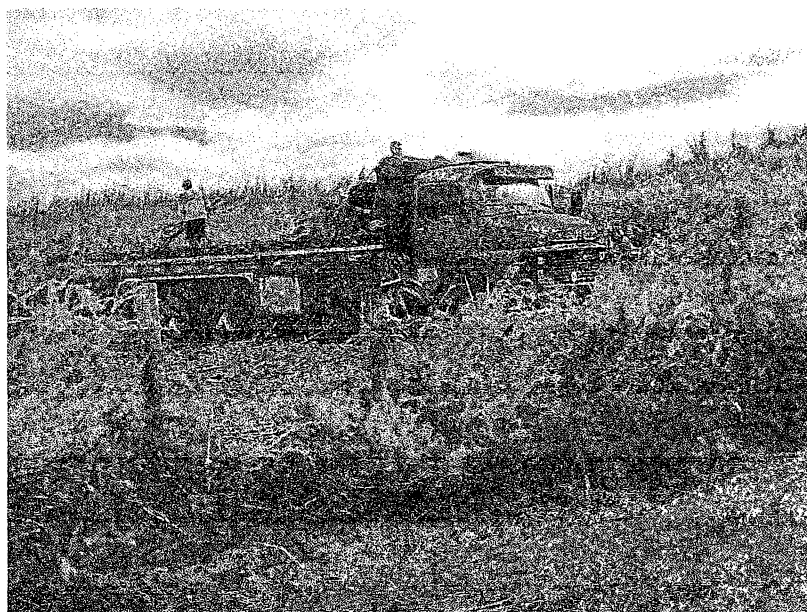


Figura 6. Atividade predominante no assentamento e nos arredores.

A utilização da mão de obra por parte dessas usinas circunvizinhas se dá de forma unilateral, onde os assentados são recrutados dentro da informalidade e sem o gozo de seus direitos trabalhistas. Essas usinas não oferecem o devido retorno social nestas relações de trabalho, como por exemplo, apoio à implementação de programas de educação, saúde, lazer, infra-estrutura e outros.

O retorno econômico oferecido por essas empresas também é incipiente, já que os assentados são considerados mão de obra temporária e não possuem perspectivas de segurança ou crescimento profissional. Ocorre também, nesta relação de trabalho, a descaracterização da figura de assentado rural para figura de proletário. Isso tem diversas implicações tanto na formação do indivíduo, quanto na estruturação do tecido social que este participa contrapondo por completo os princípios de justiça social, redistribuição de renda e fortalecimento do mercado interno.

O fato da necessidade da pluriatividade para a manutenção da maior parte das famílias é devido às incoerências das estratégias de desenvolvimento. Essas incoerências foram observadas principalmente no processo de demarcação equivocada das áreas de produção, utilização agropecuária em desacordo com a aptidão agrícola dos solos, entre outros, favorecendo o processo de “involução” do assentamento como um todo.

Em relação à condição atual do solo foi observado que o processo de drenagem nos solos Gleis, situados nas partes mais baixas desta paisagem, conferiu ao solo o caráter tiomórfico. A recomendação ideal para essa classe de solo, segundo sua aptidão agrícola, é a alocação da área Reserva Legal, com vegetação nativa, sem uso agrícola. Outra

alternativa seria o cultivo de espécies agrícolas que apresentem sistema radicular superficial, tais como hortaliças e pastagens em condições de sub-pastejo, desde que a influência do lençol freático esteja numa profundidade tal que permita o cultivo superficial do solo.

A Reserva Legal não vem cumprindo sua função sócio-econômica, haja visto que estas áreas poderiam estar sendo utilizadas de várias formas pela comunidade. Uma das alternativas de benefício proveniente das áreas de Reserva Legal seria o seu uso indireto, ou seja, através da coleta de frutos, apicultura, utilização de plantas medicinais, extração de produtos não-madeiráveis (óleos, resinas, ceras) e outros.

O uso direto destas áreas também é contemplado em lei, como, por exemplo, através da implantação de planos de manejo dos recursos naturais. O artigo 16 da Lei 4771/65 trata, no seu parágrafo 2º, do uso destas áreas de Reserva Legal via Plano de Manejo Sustentável, desde que observada a legislação vigente, e devidamente autorizada pelo órgão competente.

Em pequenas propriedades, o parágrafo 3º do artigo 16 da Lei 4771/65 dispõe sobre a utilização de áreas de plantio de frutíferas, ornamentais ou industriais (exóticas), cultivadas junto com espécies nativas, no cômputo do percentual de Reserva Legal, permitindo seus usos diretos e indiretos.

Apesar das várias formas de uso dos recursos naturais provenientes destas áreas, a atual situação da Reserva Legal no Assentamento Ilha Grande impossibilita essas práticas, já que a reserva legal apresenta-se descaracterizada tanto do ponto de vista ecológico, quanto no cumprimento de suas funções sócio-econômicas.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho avaliou as áreas de Reserva Legal do assentamento Ilha Grande no estado do RJ, através da análise da função ecológica e da função sócio-econômica, à luz da legislação ambiental vigente, usando a situação atual do assentamento como contraponto.

A função ecológica observou as condições de fragmentação dos remanescentes de vegetação natural e os efeitos de borda que estes fragmentos sofrem, concluindo que as áreas de Reserva Legal do assentamento não atendem esta função. Isto se deve, primeiramente, pelo equívoco na demarcação da Reserva Legal, que está sobreposta com a Área de Preservação Permanente. Também se verifica que dos 20% da área total do assentamento exigido por lei como Reserva Legal apenas 5,59% foram alocados.

Apesar do fato de que a Reserva Legal se encontra sob regime de condomínio, que é a opção mais ajustada à realidade atual do assentamento, ela não é representativa quanto à vegetação nativa local. Neste caso, recomenda-se o instrumento da compensação de Reserva Legal, em outra propriedade, desde que haja remanescente da vegetação natural. Assim será desempenhada a real função ecológica da Reserva Legal, ainda que em uma escala regional e não local.

Desta forma, conclui-se também que a Reserva Legal não cumpre sua função sócio-econômica, principalmente por não possuir atributos ecológicos, responsáveis pelo aproveitamento, direto ou indireto, dos recursos naturais. Neste caso verifica-se que o uso das áreas de Reserva Legal seria estratégico na diminuição da pluriatividade dos assentados.

7 BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo (1999) “*Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*”, IPEA, Projeto BRA/97/013, São Paulo, Rio de Janeiro, junho de 1999 (mimeo), 46 p.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro 1988. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em 10/10/2006

_____, Decreto nº 23.793, de janeiro de 1934. *Aprova o Código Florestal*.

_____, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. *Dispõe sobre o Estatuto da Terra*. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em 10/10/2006

_____, Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. *Institui o novo Código Florestal*. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em 10/10/2006

_____, Medida Provisória 2.166/67 de 24 de agosto de 2001. *Altera artigos da Lei 4.771/65 e da Lei no 9.393/96*. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em 10/10/2006

_____, RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002. *Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente*. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em 10/10/2006

_____, RESOLUÇÃO CONAMA No- 387, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2006. *Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária*. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em 10/10/2006

_____, Resolução do CONAMA 289, de 25 de outubro de 2001. *Estabelece as diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária*. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legbras>>. Acesso em 10/10/2006

DEL GROSSI, Mauro E. & José Graziano da Silva (2000) “*Ocupação e renda nas famílias rurais: Brasil 1992-88*”, texto apresentado no seminário Desafios da Pobreza

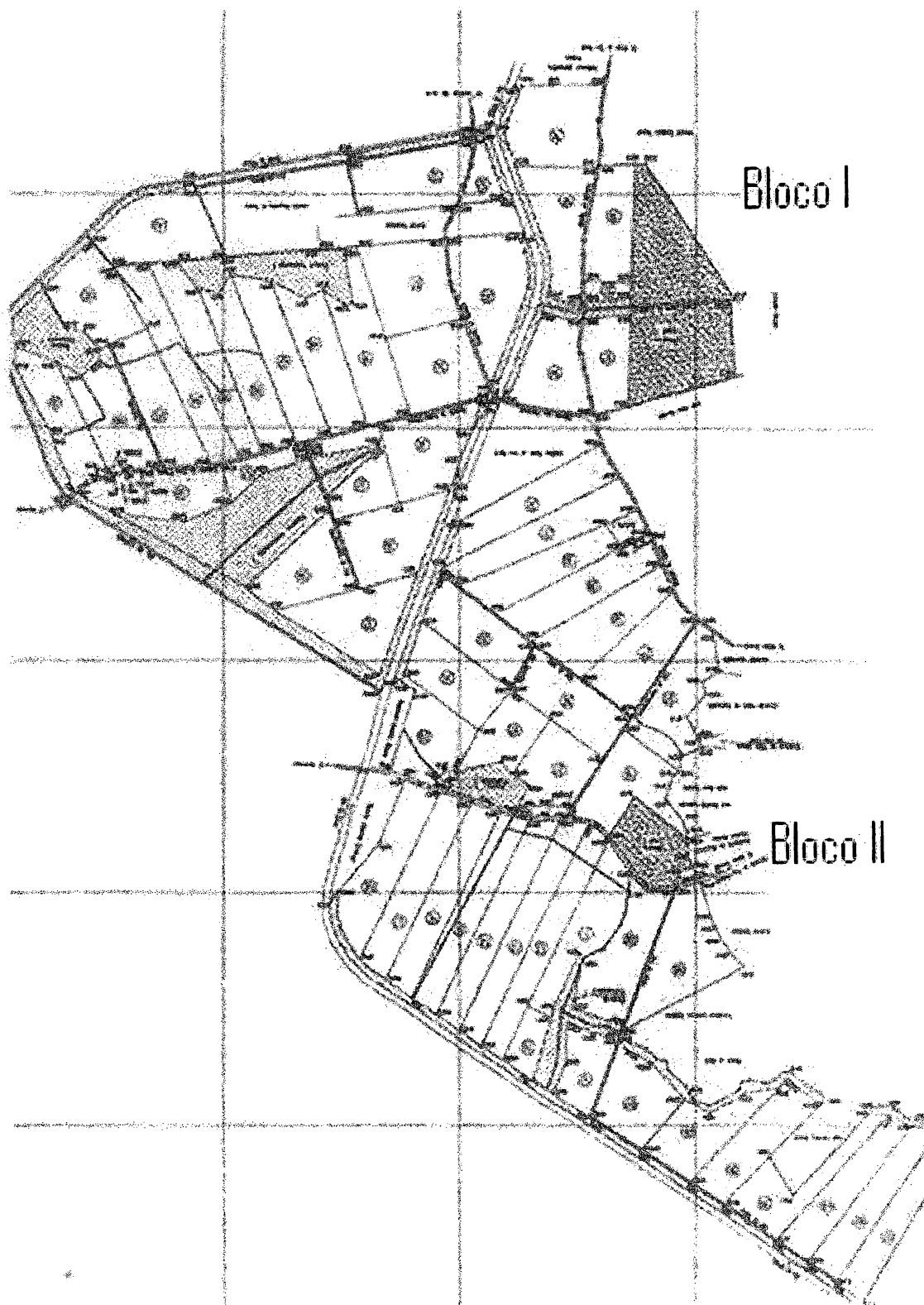
Rural no Brasil, Rio de Janeiro, 30-31 de Maio de 2000.

PDA, *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Ilha Grande*, Campos de Goytacazes, Maio 2002, 100p.

TCE, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, *Estudos Sócioeconômico 1997-2001 – Campos dos Goytacazes*, Rio de Janeiro, Outubro 2002.

VEIGA, José Eli da, (1998) “*DIRETRIZES PARA UMA NOVA POLÍTICA AGRÁRIA*”, texto apresentado no Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza, novembro 1998.

8 ANEXOS



Anexo 1. Croqui de distribuição dos lotes familiares do assentamento Ilha Grande, município de Campos dos Goytacazes, RJ.

